



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

SIMS
PROJ CMOPE 011 2023
Proc. 001155-91.2023

AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES

TERMO DE REFERÊNCIA

Vitória/ES
Julho/2023

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E FORNECIMENTO

- 3.1. Serão adquiridos os materiais especificados abaixo, com suas respectivas quantidades.

LOTE 1	Material	Quantidade
ITEM 1	Filtro Soft (Refil-Vela) Purificadores Everest” código F21	68 (sessenta e oito)
ITEM 2	Filtro Natural C+3 - IBBL	24 (vinte e quatro)
ITEM 3	Filtro de Reposição Latina P355	8 (oito)

- 3.2. Todos os materiais fornecidos devem ser necessariamente novos, originais e na embalagem original lacrada, devendo o intervalo entre a data de fabricação e a data de entrega no almoxarifado do Tribunal não ser superior a 12 (doze) meses, evitando o recebimento de produto de estoque antigo.

- 3.1. **DO FORNECIMENTO:** O prazo de entrega dos bens, para cada ITEM, é de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, **em remessa única por item** (quantidade de cada item especificada na tabela acima).

- 3.1.1. A entrega deverá ser feita no **período de 12:30 h às 18:30 h no Setor de Almoxarifado e Patrimônio**, localizado no edifício-sede do TRT/ES no seguinte endereço: Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 1245 - Enseada do Suá, Vitória - ES, 29050-335.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Trata-se de aquisição de **bens comuns**, a ser contratado mediante dispensa de licitação, conforme inciso II do caput do Art. 75 da Lei 14.133/2021.
- 4.2. A contratação de cada lote será formalizada por meio de Nota de Empenho.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. A presente contratação trata de itens que não apresentam nenhuma característica potencialmente poluidora que se destaque em relação a outros produtos manufaturados.
- 5.2. A Contratada de cada lote deverá utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;

- 5.3. As embalagens dos produtos deverão ser devidamente descartadas em local correto após seu uso.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E RECEBIMENTO

- 6.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, ou quando constatado defeito de fabricação, preparação ou danos no transporte, devendo em todos os casos, ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidade cabível.
- 6.2. **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.3. **DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.1.3. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada de cada Lote deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência;
 - 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.5. manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;
 - 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.
 - 8.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros ou ao meio ambiente, por ato ou omissão de seus funcionários ou preposto, em decorrência ou em função da execução do objeto contratado.

9. SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não é permitida a subcontratação.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do Recebimento Definitivo, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.2. Será considerada como data do pagamento o dia de emissão da ordem bancária pelo TRT.
- 11.3. A Contratada deverá informar, junto ou previamente ao faturamento, o seu domicílio bancário (nome e código do banco, código da agência e número da conta corrente).
- 11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da documentação de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista. Embora a não apresentação da referida documentação junto à nota fiscal não impeça o pagamento, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas, sendo notificada para a devida regularização.
- 11.5. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), sistema no qual a Contratada deverá efetuar cadastro, conforme passos abaixo:
 - 11.5.1. Passo 1: cadastro no SIGEO-JT por meio do link a seguir, sendo importante realizar o primeiro acesso ao sistema em seguida, o mais breve possível, sem o qual o cadastro será excluído após 24 horas, tornando necessário refazer o procedimento inicial de cadastro: Link: SIGEO-JT - Execução Financeira - Portal do TRT-17 (trtes.jus.br)
 - 11.5.2. Passo 2: cadastramento no SIGEO-JT, a empresa contratada deve realizar obrigatoriamente o procedimento de vínculo com o TRT-17^a (passo 2), e após deve fazer o registro da conta bancária, bem como indicar a conta em cada contratação existente no órgão (passo3);
 - 11.5.3. Passo 3: No caso de a empresa contratada já se encontrar cadastrada no SIGEO-JT, deve realizar os demais passos, vinculando-se ao TRT-17^a, e seguir o procedimento de encaminhamento dos documentos fiscais pelo sistema quando necessário, observando a respectiva contratação.
- 11.6. A apresentação de faturas com incorreções implicará a sua devolução à CONTRATADA para devida regularização.
- 11.7. Excluem-se da contagem do prazo de pagamento todos os períodos utilizados pela Contratada para correção, inclusive de documentos que se vinculem ao pagamento.
- 11.8. Por ocasião do pagamento haverá retenções a título de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor e regras contratuais, e ainda, serão deduzidas as multas, mesmo que a título cautelar (até a devida apuração), se houver.

- 11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

12. GARANTIA CONTRATUAL

- 12.1. Não será necessária a prestação de garantia contratual.

13. PRAZO DE GARANTIA

- 13.1. O prazo de garantia dos bens será de, no mínimo, 3 (três) meses, contados a partir do fornecimento do material.
- 13.1. Caso o fabricante ofereça garantia superior a 3 (três) meses, será considerada a garantia ofertada pelo fabricante.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. As Sanções Administrativas serão de acordo com os art. 155 a 163 da Lei 14.133/2022
- 14.2. **Multa**
- 14.2.1. Os valores de multas serão compostos pelos percentuais que se encontram abaixo, juntamente com valores fixados:
- a) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso na resposta de recebimento da nota de empenho; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas.
 - b) de R\$ 100,00 (cem reais) mais R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia, por descumprimento, sem justificativa aceita pela Administração do TRT, de determinações da Fiscalização notificadas **e reincidentes**.
 - c) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso na entrega dos bens.

c.1. Atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução contratual, com multa de 10,00% (dez por cento) do valor inicial contratado, sem prejuízo da aplicação da multa diária por atraso conforme item “c”.

14.3. Impedimento

14.3.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo das multas previstas no termo de referência e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a)** dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (1 ano)
- b)** dar causa à inexecução total da contratação; (3 anos)
- c)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (2 anos)
- d)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (2 anos)
- e)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (2 anos)
- f)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; (1 ano)

14.4. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

A declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TRT 17ª Região, poderá ser aplicada quando constatada:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da contratação; (3 anos)
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação; (6 anos)
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; (3 anos)
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; (4 anos)
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (6 anos)

14.5. ADVERTÊNCIA

14.5.1.1. Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a Contratada tenha concorrido. Nesse caso será aplicada quando ocorrer:

- a)** o descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos claros à segurança, ao funcionamento regular de suas atividades, nem financeiros para a CONTRATANTE;
- b)** a execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do fornecimento, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

14.6. A CONTRATADA autoriza o TRT 17ª Região a descontar dos valores a ela devidos o montante das multas que lhe forem aplicadas.

- 14.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada, pelo TRT 17ª Região, das sanções a ela aplicáveis, inclusive para defesa prévia.
- 14.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 14.9. No caso de insuficiência ou inexistência de crédito em favor da CONTRATADA o recolhimento da multa aplicada deverá ser por ela efetivado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, mediante GRU, a ser emitida pelo TRT 17ª Região.
- 14.10. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem que a CONTRATADA tenha depositado o valor da multa ou apresentado recurso no prazo legal, ou em caso de ser negado provimento ao recurso apresentado, o valor decorrente da aplicação da sanção e os prejuízos por ela causados serão deduzidos dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRT 17ª Região, ou cobrado judicialmente.
- 14.11. A aplicação das penalidades não exime a Contratada de corrigir as irregularidades que lhes deram causa.

15. HABILITAÇÃO

15.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista

15.1.1. Deverão ser apresentadas:

15.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e seguridade social, feita por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

15.1.3. Prova de regularidade para com o FGTS, feita por meio do(a) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

15.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;

15.1.5. Prova de regularidade para com as obrigações trabalhistas, feita por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

16. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

- 16.1. O Critério de seleção do fornecedor de cada Lote, será o de **menor preço**.

17. VALOR DA CONTRATAÇÃO POR LOTE

17.1. Os valores de referência de cada Lote são os estabelecidos na tabela abaixo.

LOTE 1	Item	Quant.	Valor Unit.	Valor de Referência
Item 1	Filtro Soft (Refil-Vela) Purificadores Everest” código F21	68	R\$ 88,90	R\$ 6.045,20
Item 2	Filtro Natural C+3 - IBBL	24	R\$ 69,00	R\$ 1.656,00
Item 3	Filtro de Reposição Latina P355	8	R\$ 65,00	R\$ 520,00

18. EXTINÇÃO

- 18.1. Constituirão motivos para a extinção do contrato os relacionados no Art. 137, incisos I a IX c/c § 2º incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021, observando-se as disposições do § 3º e § 4º do referido artigo.
- 18.2. A extinção deste contrato atenderá o disposto no Art. 138 da Lei nº 14.133/2021, podendo acarretar as consequências previstas no Art. 139 da mesma Lei.

19. ANEXOS

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:

19.1. **Projeto e Especificações**

TR 1.01 Não se Aplica

19.2. **Orçamento de Referência**

TR 2.01 Não se Aplica

19.3. **Demais documentos**

TR 3.01 Não se Aplica

Fábio Cordeiro da Cruz
Coordenador da CMOPE
Sec. de Infr., Man. e Serviços
TRT da 17ª Região